

## KULINA

# Uma alternativa à indiferença

*Fartos de esperar pelo governo, os próprios Kulina demarcam a sua terra, numa atitude pioneira que pode se tornar legal com o novo Estatuto do Índio*

Cansado de esperar a demarcação pelo governo federal, o povo Kulina do Médio Juruá, Amazonas, começou a demarcar a sua terra, munido de conhecimentos geográficos, cartográficos e topográficos.

A população dos Kulina soma cerca de 3.000 pessoas ao todo. Na área indígena do Médio Juruá vivem 916 Kulina numa área de 770.300 hectares.

Segundo alguns estudiosos, as várias etnias da grande Amazônia somavam 3,6 milhões de pessoas em 1500, que mudavam de área em busca de subsistência. Com a chegada do homem branco à região, devido aos massacres constantes, este número chegou a cerca de 150 mil pessoas, divididas em várias etnias, que ocupam uma área de 82 milhões de hectares.

Apesar da drástica redução, a quantidade de terras indígenas restante é resultado da resistência indígena e da luta de vários segmentos da sociedade civil que têm pressionado as autoridades. Mas se vê que as várias interdições e identificações de áreas indígenas não têm passado de atitudes paliativas, restando às populações indígenas e algumas entidades não governamentais a difícil tarefa de assegurar a não invasão das várias áreas indígenas da Amazônia.

## Sua autodenominação é Madiha

O povo Kulina, que se autodenomina Madiha, é vinculado ao tronco lingüístico Aruak e vive atualmente nos Estados do Amazonas e do Acre.

Devido à frente extrativista, que atingiu o auge com a exploração da borracha, no fim do século passado, uma grande parte dessa nação se retirou da sua terra original — que fica nas cabeceiras dos igarapés do médio Juruá, entre os rios Reconquista, Gregório e Tarauacá —, fugindo dos massacres e das correrias dos seringalistas. E imigrou para os rios Envira e Alto Purus, no Acre.

O povo Kulina soube resistir às matanças organizadas, às doenças e às mudanças de costumes, preservando a sua sabedoria milenar e a facilidade de adaptação, sem perder o essencial da sua existência: língua, cultura e cosmovisão.

Nos últimos anos, a resistência dos Kulina se deu na sua organização como povo, através de assembleias internas e junto com outros povos do Acre e Sul do Amazonas, e da formação de professores indígenas nas aldeias. O intercâmbio entre os povos indígenas da região levou os Kulina e os Kaxinawá à decisão da autodemarcação da Área Indígena do Alto Purus, em 1984.

## Autodemarcação foi decidida em 1990

Na Assembleia Kulina de 1990, no igarapé Medonho, os Kulina do



Walter Sass



Os homens que estão trabalhando no pique da autodemarcação aprenderam rapidamente a usar as técnicas topográficas

Médio Juruá decidiram autodemarcar a sua terra a partir de julho de 1991. A decisão foi tomada porque os abaixo-assinados e as idas a Brasília e Manaus não resolviam o problema da demarcação definitiva da área (interditada através da Portaria da Funai nº 3.540, de 19 de outubro de 1987).

Nos últimos anos aumentaram os conflitos com os seringalistas que esperam, desde 1985, uma indenização da Funai por suas supostas terras. Uma família tradicional de Eirunepé (AM) tentou amedrontar e expulsar os Kulina do rio Eiru com a polícia militar de Manaus. Mas os Kulina resistiram.

Durante a Assembleia, os índios solicitaram o apoio das entidades com as quais eles têm mais contato para viabilizar a demarcação da sua terra. Num acordo com o Cimi, a UNI-Acre e a IECLB foi contratado o engenheiro agrimensor José Otávio

Parreira para dar consultoria técnica à população Kulina.

## Picadas são feitas segundo a "cunha romana"

Como resultado desse acordo, foram realizados dois cursos em duas diferentes aldeias da área. O objetivo foi compatibilizar o conhecimento geográfico indígena com a prática convencional do homem branco, em termos cartográficos, topográficos e geográficos. Em dois meses de trabalho, foram executados pelos Madiha aproximadamente 80 quilômetros de picada contornando toda a fronteira Leste da área. Essa técnica, conhecida como "cunha romana", resume-se ao tangenciamento de rios e igarapés que delimitam a área, com a largura de três metros. Para a sua execução utilizam-se apenas 17 homens por turno de duas horas, munidos de terçados, foices e machados. Esses homens são orientados por um maitreiro Kulina e um chefe de pique,

munidos de bússolas e mapas precisos em escala de 1:100.000.

Como fruto desta experiência pioneira surgiu a proposta de se incluir no Estatuto do Índio uma cláusula prevendo a autodemarcação como elemento legal do processo fundiário definitivo.

Outra consequência da experiência é a proposta de encontros entre os Kulina e os tuxauas, pajés, velhos e professores, para refletirem sobre a cultura tradicional e as ciências ocidentais, a fim de poderem reunir dados para efetivarem um planejamento de médio e longo prazo no que se refere ao conforto, subsistência e manutenção de fontes de alimentação.

Os Madiha que estão trabalhando no pique da autodemarcação incorporaram em pouquíssimo tempo métodos novos e ultrapassaram a nossa maneira de se organizar e de planejar, conforme sua visão de mundo.

Os conhecimentos geográficos, topográficos e cartográficos adquiridos pela população Kulina é mais um instrumento na defesa da sua terra. Mais um fator para que eles entendam e se defendam da sociedade envolvente, cuja visão tecnocrática está levando o planeta à bancarrota.

Do encontro da ciência indígena, adquirida através dos séculos, com as ciências ocidentais pode surgir uma esperança para os povos da Amazônia.

Walter Sass, pastor da IECLB  
José Otávio Parreira, engenheiro agrimensor